

# JORNAL DO DCE

DEPTº DE IMPRENSA ANO I UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

Nº 2

AGOSTO DE 68

## EDITORIAL

Dando sequência ao nosso programa de informação, rodamos este segundo número do JORNAL DO DCE, uma vez que a conscientização\* dos problemas de nossas escolas é fator essencial nesta luta reivindicatória.

Entretanto, os problemas da U.C. não podem ser considerados como fatores isolados e, para a sua resolução é preciso conhecê-los bem mais a fundo.

Tentando facilitar um pouco essa tarefa, publicamos nesse boletim artigos sobre problemas gerais de ensino e opinião pública, relacionando-os com os nossos problemas.

Na nossa opinião, para que possamos realmente lutar pelas nossas reivindicações, é preciso antes de tudo, a informação e o estudo. Colocando esse tipo de problemas, não visamos, evidentemente, a aceitação pura e simples de uma argumentação, mas pretendemos, isso sim, colocar posições a serem debatidas, e levando, desse modo, o nível das nossas discussões.

INTRODUÇÃO AO CONTRÔLE DA OPINIÃO PÚBLICA  
(resumo de um comentário de Jânio de Freitas)

Se a opinião pública de um país não for controlada e dirigida, não haverá força capaz de dominar tal país. Ou, por outra forma: é preciso subjugar e conduzir a opinião pública de um país para poder dominá-lo.

Os jornais são veículos que transmitem dados capazes de acionar e formar a opinião pública, e há necessidade de todo Poder de dominá-la, através do controle dos veículos de informação.

O Brasil, está na esfera dos interesses político-econômicos dos EUA, não pelo que alguns afirmam ser uma fatalidade geográfica, mas pelo que as guerras atuais provam ser apenas a avidez do capitalismo internacional. Nada mais lógico, nem mais trágico, portanto, do que a invasão norte-americana na imprensa brasileira, através do domínio das fábricas de matéria prima específica, agências de publicidade e controle acionário dos principais jornais, revistas e emissoras.

A fragilidade dos governos latino-americanos, que são facilmente controlados através de pressão econômica, tem permitido que o sistema de controle da opinião pública pelos americanos, seja satisfatório neste nível, e quando este sistema se vê ameaçado, os governos nacionais sofrem o fim comum de um mero golpe de estado.

No Brasil, porém, por volta de 1960, houve um grande desenvolvimento do capital nacional, e as pressões exercidas, por exemplo, através das agências de publicidades invalidadas pela cobertura publicitária que o empresário brasileiro podia já oferecer ao jornal, revista ou emissora pressionada pelos norte-americanos. Com isso, alguns jornais como o Jornal do Brasil (entre 59 e 61), o Correio da Manhã (algumas fases), a Última Hora (até 64) e a TV Excelsior em sua primeira fase, realizaram campanhas de denúncia da submissão governamental aos interesses estrangeiros. Aquelas breves aventuras, porém, feriram cruelmente os interesses estrangeiros no Brasil: campanha pelo fechamento do IBAD, através do qual, grupos estrangeiros começavam a controlar o Congresso; Campanha contra a Amforp; campanha contra a Hanna em sua primeira investida em 1960; campanha contra a gigantesca remessa de lucros.

É por isso que, hoje, esses ferimentos nos interesses estrangeiros foram devidamente cicatrizados e reparados, através de legislação e negócios patrocinados pelo regime de 1º de abril, e os americanos, sentindo a fragilidade dos seus meios de pressão, passaram a um novo estágio, no seu controle da opinião brasileira. O primeiro passo para implantação do novo estágio constituiu em eliminar os jornalistas incorruptíveis das redações dos jornais transferindo-os para postos subalternos ou afastando-os da atividade profissional e entregando o comando das redações a jornalistas seduzidos pelos novos cargos e salários. Este sistema de controle, entretanto, não é, ainda, totalmente seguro. Portanto, para um controle mais seguro e permanente, os americanos deram um segundo passo: a compra, não mais de opinião ou de silêncio, mas das próprias empresas de jornalismo e rádio-difusão.

Se alguns setores da imprensa brasileira têm denunciado esta inovação de capitais estrangeiros nos veículos de informação e opinião brasileiros, sua intenção não tem sido exatamente a de destruir essa máquina de decomposição da consciência nacional brasileira, mas visa demonstrar aos americanos o seu erro quando excluíram a sua lista de compras, alguns dos jornais e revistas que estão tendo, com essas compras, sua lenta agonia precipitada.

Se o grupo TIME-LIFE — já íntimo dos negócios de imprensa e televisão no Brasil — compra cadeias de rádio, ao mesmo tempo em que os elos da cadeia Associada arregentam-se financeiramente, é preciso denunciar os norte-americanos, que vão destinar a si toda a publicidade até então dividida entre vários. Se os norte-americanos, percebendo que as revistas e jornais brasileiros têm cada vez menor tiragem, lançam revistas gratuitamente a públicos específicos, carregando para elas a publicidade que outrora se dividia entre as brasileiras, é preciso denunciar os norte-americanos. Se os norte-americanos, percebendo que os jornais Associados não têm expressividade política, destinam suas verbas a outros jornais, mais enriquecendo estes e afundando mais aqueles, é preciso denunciar os norte-americanos, para que eles percebam que erraram por não incluir a cadeia Associada na sua lista de compras.

A invasão norte-americana na imprensa brasileira tem caráter alarmante e faz parte da política norte-americana para impedir que o Brasil se desenvolva autonomamente, pois tal desenvolvimento significa aqui e em qualquer parte, a expulsão do capital estrangeiro de sucção.

**IMPRESA DOMINADA: OPINIÃO PÚBLICA DIRIGIDA, CONSCIÊNCIA NACIONAL SUFOCADA, BRASIL DOMINADO.**

### A POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVÊRO

A situação caótica da Universidade brasileira tem levado todos os estudantes a realizarem uma série de lutas reivindicatórias, pressionando o governo para uma reforma do ensino universitário do Brasil.

São apontadas como causas da crise em que se encontra a Universidade Brasileira (U.B.): a ausência de corpo docente, currículos ridículos, falta de condições e instalações materiais para o estudo e a pesquisa, ausência de bibliotecas para consulta, falta de organização e administração dentro das faculdades e, principalmente, a ausência de planejamento do ensino por parte do governo, em função do crescimento da Indústria (I) e da sociedade brasileira, até o governo de 1º de abril. Reconhecendo todas estas deficiências, o governo brasileiro resolveu planejar e reformar o ensino nacional, e como não poderia deixar de ser, foram enviados técnicos em educação norte-americanos, através da USAID-Brasil, para resolverem os problemas e estudarem a nova estrutura da U.B.

O mais importante deste fato é a história anterior destes técnicos que pertence à mesma escola do professor Rudolph Atcon, cuja filosofia de Ensino obedece aos interesses da Sociedade de Capitalismo Monopolista Norte-Americana: 1) transformação da U. em fundações privadas, onde o custo operacional seria coberto com as anuidades pagas pelos alunos, o custo de pesquisa e bolsista pela I., e o supervisionante de tal funcionamento, pelo MEC. 2) estruturação da U. em cursos básicos e Institutos Centrais, 3) currículo adaptado às necessidades das I. e do desenvolvimento econômico capitalista.

A estruturação da U. em cursos básicos e Institutos centrais, é uma nova ideia que tem sido bem aceita por todos os técnicos em educação, e que tem comprovado sua eficiência com relação à estrutura atual, onde os currículos apresentam-se mal estruturados e com frequentes repetições nas diferentes faculdades de uma mesma U., o que significa desperdício de tempo, material humano e dinheiro. A nossa U.C. deveria ser estruturada dentro deste esquema de U. moderna, mas infelizmente, até agora, não pudemos desfrutar de todas as "vantagens" inerentes a esta estrutura.

A privatização do ensino - o ensino pago e o financiamento das pesquisas da U. pela I. - contudo, podem não estar concordes com os interesses nacionais, já que as grandes I. existentes no Brasil, e com possibilidade de investir seus rendimentos no ensino superior, são de origem estrangeira e, principalmente, americana. Logicamente, como o interesse de qualquer empresa (e sua própria finalidade) é o lucro, as I., ao investirem seu capital, estariam fazendo-o com o intuito de aumentá-lo, isto é, tal estrutura de ensino não favoreceria ao crescimento do capital nacional, mas, sim o fortalecimento do Capitalismo Monopolista Estrangeiro.

Esta política educacional do governo (PEG), com todas as suas consequências, já está sendo aplicada em diversos setores da U.B. e, principalmente na região Centro-Sul, onde se localizam as grandes I.. Podemos aqui citar dois exemplos que interessam diretamente a nós alunos da U.C.:

- 1 - A partir de 69, os exames vestibulares realizados pelo CESCEM serão 2: um para Ciências Exatas e outro que vai reunir Ciências Sociais, Letras, Pedagogia, Filosofia, História, Geografia e Línguas Orientais. A taxa de inscrição para o exame será de NR\$ 10,00 e mais NR\$ 20,00 para cada opção. Se o aluno for aprovado, pagará, então, a taxa de matrícula na Faculdade.
- 2 - Cortes constantes de verbas do governo para Educação - passaram de 19% em 63 para 7,8% hoje. Estes cortes são uma tática do governo que pretende levar as U. à falência, para então "solucionar" seus graves problemas econômicos e de organização, entregando-as às I., que certamente serão estrangeiras, como no caso da U.C. citado no Relatório da Comissão Organizadora da U.C. ao Egrégio Conselho Estadual de Educação no dia 19/12/66, na página 8, e que trata da Faculdade de Engenharia: "No decurso do corrente ano a partir do 2º semestre, tem a U.C. sido insistentemente procurada e solicitada por representantes das grandes I. ou através de entidades representativas (FIESP-CIESP)" que "provaram a carência de engenheiros qualificados, sobretudo para Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Eletrônica e Engenharia

Química. Para demonstrar que estavam realmente carentes de mão-de-obra especializada, disseram-nos que haviam construído e equipado, por conta delas, um excelente edifício destinado ao ensino técnico, coisa que estava ao seu alcance, e já cogitavam de instalar uma escola de Engenharia em Campinas. À vista, porém, da existência da U.C., vinham oferecer todas as facilidades de suas I. para que ela, com a capacidade seletiva do corpo docente, pudesse assegurar a boa qualidade dos professores, e implantar desde logo, os cursos daquela escola.

"A Comissão Organizadora convidou então, formalmente, para uma reunião realizada a 13 de setembro, os representantes das I. ... Compareceram os seguintes representantes":

O delegado Regional do FIESP-CIESP	
O conselheiro Regional do FIESP-CIESP	
O delegado Regional do SESI e delegados das seguintes I.:	
Equipamentos Clark	Cerâmica Martínia S/A
Singer do Brasil S/A	Dunlop do Brasil S/A
Robert Bosch do Brasil	Ind. Gessy Lever
Bendix do Brasil Ltda	Tecidos Pluma S/A
General Electric S/A	Rigesa S/A
Minesota Manufactureira e Mercantil Ltda (3M)	Lanifício Campineiro
Ind. Bras. de Artef. de Ferro( IBAF S/A)	

Mais adiante, a Comissão Organizadora diz que, após ouvir a explanação do Dr. José Antônio Maranhão, delegado Regional do CIESP-FIESP, emitiu sua posição com relação ao problema: "a U. considera como de sua restrita obrigação ministrar o ensino das cadeiras básicas em nível alto e, em seus laboratórios, ensino capaz de fornecer, ao futuro engenheiro, sólido alicerce científico que o habilite não só compreender e praticar as técnicas consagradas como também a resolver problemas inesperados ... Não pode, todavia, dispor dos grandes equipamentos que só as I. podem adquirir e renovar em função do progresso tecnológico de natural competição entre as I. similares. Essa é, aliás, a razão do fenômeno observado em todas as partes da defasagem entre o que a escola de engenharia ensina e o que exige a Tecnologia Industrial constantemente renovada. Em consequência, solicitava, a Comissão Organizadora, o compromisso das I. de pôrem à disposição da U. suas instalações fabris, não apenas para estágio dos estudantes, mas também para o ensino regular, programático e normativo de disciplinas específicas"

Cabe a nós, estudantes universitários, refletir sobre as consequências de tal política de Ensino do Governo Brasileiro, pois ela corresponde a um conjunto de medidas executadas pelo governo com a finalidade de adaptar o sistema de ensino aos interesses que o governo representa, e se ele está a serviço de uma minoria social, constituída em classe dominante, sua política educacional é colocada em função dos interesses dessa classe, chocando-se frontalmente com as necessidades e exigências do povo.

— o —

#### CANTO DA LUA AVARA

A noite é uma enorme aranha negra  
No céu ela tece a sua teia de estrelas  
que paira suspensa sobre o meu chapéu  
A beira da lua cheia  
vai crescendo por trás do monte  
até ficar obesa

Quando eu era criança  
Maria botava na mesa  
e eu gostava de pedir  
uma fatia de lua cheia  
por sobremesa

Agora leio nos jornais  
que os cozinheiros lunáticos  
estão prestes a realizar essa proeza  
em cozinhas espaciais

Mas se esqueceram  
que há milhares de crianças na terra  
que nunca provaram sobremesa  
e todas as noites esperam  
de olhinhos famintos no céu